

# Editorial

Na busca de um país mais equilibrado em termos de desenvolvimento, a partir do qual resultem melhores condições e qualidade de vida para a população, a inclusão socioeconômica mostra-se elemento chave para a redução das desigualdades, tanto regionais quanto sociais.

Partindo desse entendimento, o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), unidade de pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), e o Ministério da Integração Nacional publicam, na atual edição da revista *Inclusão Social*, as propostas premiadas e as que receberam menção honrosa no âmbito do Prêmio Celso Furtado de Desenvolvimento Regional Edição 2012: homenagem a Rômulo de Almeida. O prêmio é uma iniciativa conjunta do Ministério da Integração Nacional, por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento Regional, e do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento.

Concebido para ser um instrumento de estímulo à reflexão e ao debate sobre o estágio atual da questão regional brasileira, o prêmio promove a discussão e a divulgação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), com envolvimento do poder público e da sociedade civil organizada. Busca propiciar o retorno da temática regional brasileira à agenda governamental e ao centro do debate acadêmico, refletindo em seus resultados os importantes avanços obtidos na concepção e no tratamento da questão regional, que exige a adoção de uma abordagem nacional articulada em múltiplas escalas, o reconhecimento da diversidade brasileira como ativo a ser explorado e a participação social nas fases de construção e implementação, com respeito ao pacto federativo.

Considerando que o Brasil caminha, na atualidade, para ser a sexta economia do globo, as propostas do prêmio revelam também resultados positivos

da dinâmica socioeconômica do país, expressos na redução das desigualdades sociais, na expansão da classe média e na queda, ainda que tímida, das desigualdades regionais.

Ressalte-se que, pela primeira vez, ocorre no país o crescimento da economia combinado com a redução das desigualdades. Entretanto, em que pesem os avanços obtidos na última década, persistem profundas desigualdades inter e intrarregionais, colocando o Brasil como um dos países mais desiguais do mundo, sendo os territórios de maior pobreza coincidentes, em sua grande maioria, com os territórios onde são mais expressivas as desigualdades regionais.

Um importante passo dado no sentido do enfrentamento dessas desigualdades é resultante da construção de forte consenso político no país em torno da questão social, traduzido em expressiva ampliação dos gastos sociais no PIB brasileiro, em todos os níveis de governo, aumentando a participação no produto de 19,2% para 21,9% no período de 1995 a 2005, com eliminação da pobreza extrema do país em 10 anos.

As políticas sociais combinadas com políticas fiscais — aumento real da renda —, aliadas às políticas macroeconômicas de redução de juros e expansão do crédito, além de grande pacote de investimentos em infraestrutura por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) vêm contribuindo para a redução das desigualdades regionais referidas.

Imprescindível se faz, da mesma forma, trazer a questão regional para o centro do debate nacional. É necessária uma política que viabilize a desconcentração regional mais efetiva da capacidade produtiva, para, inclusive, possibilitar a sustentação do avanço das desigualdades sociais.

Com o objetivo de reformular e fortalecer a política regional brasileira, foi realizada em Brasília, no período de 19 a 22 de março de 2013, a I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional. Pela primeira vez, no país, a discussão reuniu todos os segmentos representativos da sociedade brasileira envolvidos com o tema para definição dos princípios e diretrizes finais de elaboração do Projeto de Lei da nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Os princípios e diretrizes da nova PNDR foram pactuados e priorizados visando à construção de uma política que priorize os territórios de maior concentração de pobreza no Brasil, em alinhamento com os programas de erradicação da miséria definidos pelo governo da presidenta Dilma Rousseff.

Os temas tratados na I CNDR e as propostas inscritas ao prêmio guardam estreito alinhamento de conteúdo, no tocante, especificamente, às propostas premiadas e às que receberam menção honrosa. Todas elas apontam para a inclusão socioeconômica como uma das alternativas que contribuem para a redução da pobreza e das assimetrias de desenvolvimento existentes entre regiões e sub-regiões do território nacional. Os artigos aqui publicados referem-se aos trabalhos selecionados na Categoria Produção do Conhecimento Acadêmico, Práticas Exitosas de Produção e Gestão Institucional e Projetos Inovadores para Implantação no Território.

**Sérgio Duarte de Castro**

Secretário de Desenvolvimento Regional  
Ministério da Integração Nacional SDR/MI